

COLUNA ENSAIOS

GÊNERO, RAÇA E DIREITO À RAIVA: *porque ainda estamos vivas e somos humanas*

Luane Bento dos Santos

Doutora em Ciências Sociais/PUC-Rio

“Minha reação ao racismo é a raiva.”

Audre Lorde, 1981

Recentemente, adquiri o livro de bolso “Sejamos todas feministas!”, da escritora nigeriana mundialmente famosa Chimamanda Ngozi Adichie. O livro é uma das muitas obras da autora lançadas pela editora Companhia das Letras, com o ano de publicação em 2015. De maneira geral, o debate proposto no livro sobre gênero é bem introdutório e onde me parece que a autora busca desvelar as minúcias das relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres. Muitos pontos abordados por Chimamanda não surpreende nenhuma pessoa que tenha um mínimo de letramento sobre o machismo e patriarcado.

Penso que há situações de machismo e discriminações pautadas no gênero que não escapam aos olhos das mulheres e que de certa maneira não as tragam mal-estar. Me refiro às questões como:

- Baixas remunerações dadas às mulheres em cargos quando ocupados por homens os rendimentos tendem a ser maiores e com as prerrogativas de mais prestígio social;
- Expectativas comportamentais como mostrar sentimentos, expressar delicadezas, ser mais emotiva, ou seja, “feminina”;
- Expectativas corporais tais como, modos de sentar “fecha a perna menina”, gestualidade, fala mansa e baixa;
- Direito a receber afeto somente quando não fugiu às regras sociais de “boa menina”, “boa mãe”, “de mulher comportada”;
- Competição socialmente construída/incutida entre as mulheres;

INDEXADORES:



- Interrupção de sonhos, projetos e carreiras profissionais nas relações heteronormativas;
- Cobranças sobre o exercício quando somos mães. Precisamos ser sempre as melhores “boas mães”, boas donas de casa, em suma, deixar de viver em prol dos filhos e filhas.

Entendo que muitos pontos expostos acima devam ser constantemente colocados, visto que nas relações sociais essas questões tratadas por Chimamanda Ngozi Adichie (2015) e por tantas outras feministas negras e brancas são visíveis no cotidiano. Porque a naturalização dessas questões sociais nos leva a ter problemas de ordem de políticas públicas. Ou esquecemos que no Brasil e no mundo temos a existência de crimes de homicídio e sexuais motivados por questões de gênero? Assim, como temos profissões excessivamente masculinas e com ausência de corpos femininos?

Trabalhar os pontos abordados por Ngozi Adichie (2015) sempre será fundamental enquanto não tivermos políticas de equiparações sociais. Pois bem, na realidade, o que me moveu a escrever este texto não foram as questões relatadas acima. Pelo contrário, como mencionei são questões que penso serem básicas na compreensão das relações de gênero. Confesso que o que me atraiu foi o tema, sentimento, emoção que nos caracteriza como humanos e que me parece ainda um tabu: o direito a ter raiva. Mas não o direito a ter raiva das situações de subordinação e opressão que sofrem as mulheres brancas. Não quero e resisto a ser pautada por agendas que não são as minhas. Penso que Ngozi Adichie (2015) reconhece muitas situações de opressão masculina a partir de sua posição social (das classes dominantes na Nigéria) e boa parte do repertório apresentado em seu livro seja generalista como mencionei. Essa generalidade me parece semelhante a algumas agendas colocadas por mulheres brancas, pertencentes às classes médias e classes altas no Ocidente. Porque Chimamanda não é a filha da trabalhadora doméstica que frequentava a sua casa, ela é filha da elite africana. Dito isto, argumento que nunca devemos nos esquecer de pensar que raça, classe e gênero associados, interconectados, interseccionados têm um peso maior nas costas das mulheres negras, indígenas e outras mulheres racializadas.

Apesar dessas observações, que faço da obra de Ngozi Adichie (2015), confesso que ao longo da leitura me peguei refletindo como a minha raiva foi ignorada, deslegitimada, sufocada, reprimida pelos meus pares (família, amigas/os, parceiros afetivos) e sociedade. Eu sempre tive raiva como qualquer pessoa-humana e por mais que a égide da colonialidade e escravização tenha-me negado a existência plena enquanto humana, alguns membros da minha família,

INDEXADORES:



os movimentos negros e o Candomblé nunca me deixaram esquecer, principalmente minha mãe lemanjá que sou uma pessoa e humana.

Chimamanda Ngozi Adichie (2015) nos fala sobre as representações sociais que são feitas sobre as mulheres que questionam, que se insurgem ou que tecem breves críticas. Representações de que são sujeitas que estão sempre em estado de agirem com agressividade e serem constantemente agressivas. Para nós mulheres negras a imagem de agressiva está posta desde período colonial, momento que insurgimos a escravização, aos maus tratos, ao açoite, ao estupro do homem branco, a todas as formas de violência e perversidade dos brancos e brancas europeus e brasileiros/as.

Para a sociedade local e global, **parecemos** agressivas cada vez que externamos nossas dores em forma de catarse, quando gritamos pelos nossos corpos vilipendiados pelo Estado-Nação e pela sociedade civil. **Parecemos** agressivas quando procuramos sair do condicionamento social, as três noções das mulheres negras correntes na sociedade brasileira como nos ensina Lélia Gonzalez (1984), a saber: mulata, mãe preta e doméstica. **Parecemos** agressivas por querer sair da margem, do lugar da ausência de direitos, de combater as imagens de controle como fala Patricia Hill Collins (2019). De acordo com a socióloga afro-estadunidense, as imagens de controle corroboram na construção de falsos mitos, hipóteses sobre os desejos e ações das mulheres negras e, sobretudo, não reconhecem que há limites e obstáculos sociais que mantêm as mulheres negras em situação de vulnerabilidade social. Elas também contribuem na objetificação e coisificação das mulheres negras na sociedade. Collins (2019) explica os mecanismo e razões pelas quais foram criadas as imagens de controle:

As mulheres negras saíram da escravidão firmemente sacramentadas na consciência estadunidense branca como a “*mammy*” e a “*negra má*”, afirma Cheryl Gilkes. A ideologia dominante estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras. Além disso, como negras e brancas eram importantes para que a escravidão continuasse, as imagens de controle da condição de mulher negra também funcionam para mascarar relações sociais que afetam todas as mulheres (p. 140).

Ainda como nos conta Ngozi Adichie (2015):

Não faz muito tempo, escrevi um artigo sobre o que significa ser uma jovem mulher em Lagos. Um conhecido disse que havia muita raiva no texto, que eu não deveria ter me expressado com tanta raiva. Mas eu não via razão para me desculpar. É claro que eu estava com raiva. A questão de gênero, como está estabelecida hoje em dia, é uma grande injustiça. Estou com raiva. Devemos ter raiva. Além da raiva, também tenho

INDEXADORES:



esperança, porque acredito profundamente na capacidade de os seres humanos evoluírem (Adichie, 2015, p.24).

Historicamente, no Ocidente escrever sobre as observações do mundo que nos cerca tem sido um ato reprimido e no contexto da Nigéria pelo que traz Chimamanda em seu texto não é um fenômeno distinto, mas sim semelhante.

Outro ponto que gostaria de ressaltar é que o direito ou o ato de poder sentir raiva sem culpa e sem a carapuça da estigmatização não deve ser confundido com o fenômeno do auto-ódio investigado pelo filósofo e médico martinicano Frantz Fanon (2003). Compreender isto é fundamental para não reproduzimos em relação aos nossos e nossas práticas violentas sobre o subterfúgio de temos consciência e à medida que a temos perdemos nossa afro-paciência. Direito a ter raiva como mulheres negras não deve significar exercício ostensivo da violência entre outras mulheres negras como tenho observado, tão menos é culpabilizar os homens negros por questões de ordem macrossociais, relacionadas a persistência das desigualdades sociais e raciais. Muitas vezes, noto que nos iludimos na crença que homens negros tenham poder. Isso não significa que devemos deixar de cobrá-los por outras posturas em relação ao nosso grupo e também de repensar suas responsabilidades para a comunidade. Porém é importante ter em mente que eles não estão no topo da pirâmide (da estratificação social), pelo contrário, eles estão na base como nós e as representações sociais sobre suas existências são as piores possíveis. Ou esquecemos como diagnosticou Angela Davis (2016) que os homens negros foram colocados no discurso colonial, estatal, republicano como machos violentos e estupradores?

Na história dos Estados Unidos, a acusação fraudulenta de estupro se destaca como um dos artifícios mais impiedosos criados pelo racismo. O mito do estuprador negro tem sido invocado sistematicamente sempre que as recorrentes ondas de violência e terror contra a comunidade negra exigem justificativas convincentes. Se as mulheres negras têm estado visivelmente ausentes das fileiras do movimento antiestupro na atualidade, isso pode se dever, em partes, à postura de indiferença desse movimento em relação ao uso da falsa acusação de estupro como forma de incitar agressões racistas. Um número grande demais de inocentes tem sido oferecido em sacrifício à câmara de gás e enviado a celas de prisão perpétua para que as mulheres negras se juntem àquelas que frequentemente buscam auxílio de policiais e juízes (DAVIS, 2016, p.178).

Lélia Gonzalez ([1984], 2020) no texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* também não nos deixa esquecer que no Brasil, os homens negros são assassinados, presos, estão economicamente ociosos (desempregados) e rejeitados pela sociedade de diversas formas imagináveis.

INDEXADORES:



Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática, esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade”; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país. (GONZALEZ, 2020 [1984], p.231).

Além disso, as representações em torno deles estão alinhadas ao discurso iluminista, científico e racista dos filósofos do século XVIII.

Em uma passagem na escrita de Ngozi Adichie (2015), ela nos lembra sobre as opressões que mulheres sofrem em ambientes de trabalho. Esse episódio destacado pela autora me fez recordar (e racializar) que enquanto mulher negra, docente de Sociologia na Educação Básica e que atualmente me tornei uma recém-doutora (em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio no ano de 2022) quantas vezes sofri violências no ambiente de trabalho, estudo e pesquisa. Quantas vezes fui desqualificada e vista como incapaz de exercer plenamente meu trabalho e estudos de pesquisas. De fato, no ambiente educacional um corpo feminino negro (preto) ocupando o lugar de docente, de uma disciplina conformadamente eurocêntrica, hegemônica, elitista e de discurso monocultural, é estranhado e sofre atravessamentos resultantes da hierarquização das raças, das ideologias racistas, das imagens de que somos criaturas de baixa capacidade intelectual. Ainda, um corpo feminino negro que assume a postura de ser estudante de pós-graduação (pesquisa) em um Brasil que segue num movimento conservador de descrédito da ciência contemporânea e em que nossos corpos negros e indígenas são ausentes nos programas de mestrado e doutorado em comparação a população branca é um corpo contestador, de (re)existência.

Todas as vezes que percebi que sou interrompida¹ (FRANCO, 2018) em minha prática, discursividade e reflexão, senti e sinto raiva e uma das maneiras que tenho e encontrei para extravasar-lá é através do ato da escrita. Como filha de Iya Ori (Iemanjá) na ação de transbordar com as palavras.

Em diálogo com o texto “O uso da raiva: as mulheres negras reagem ao racismo” de Audre Lorde ([1984], 2020), busco reagir ao racismo, sexismo e discriminação sem perder a sanidade. Como expressa Lorde ([1984], 2020, p. 155) “*minha raiva é uma reação às atitudes racistas, assim como aos atos e pressupostos que surgem delas*”. Neste sentido, a escrita e a docência são as

¹ Como nos ensinou a enxergar a vereadora negra, Marielle Franco, em seu discurso na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro no 08 de março de 2018)

INDEXADORES:



formas criativas na qual manifesto minha raiva e de maneira “propositiva”. Tenho encaminhado esta emoção de um lugar no meu sentir e pensar que me gere alívio, reflexões que contribuam para a transformação da realidade como me educou os movimentos negros dos quais participei. Audre Lorde ainda nos explica:

Toda mulher tem um arsenal de raiva bem abastecido que pode ser muito útil contra as opressões, pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva. Usada com precisão, ela pode se tornar uma poderosa fonte de energia a serviço do progresso e da mudança. E quando falo de mudança não me refiro a uma simples troca de papéis ou a uma redução temporária das tensões, nem à habilidade de sorrir ou de sentir bem. Estou falando de uma alteração radical na base dos pressupostos sobre os quais nossas vidas são construídas (LORDE, [1984], 2020, p.159).

Eu como disse tenho raiva porque nasci na condição humana. Mas como aborda Lorde ([1984], 2020, p. 162), escolhi usar a raiva estrategicamente no território diaspórico.

Mulheres de cor na América cresceram em meio a uma sinfonia de raiva, de serem silenciadas, de serem derrotadas, sabendo que, ao sobrevivermos, fazemos isso apesar de um mundo que toma como certa a nossa fala de humanidade, e um mundo que odeia o simples fato de existirmos quando não estamos a seu serviço. E chamo sinfonia em vez de cacofonia porque tivemos que aprender a orquestrar essas fúrias para elas não nos destruam [...] Eu não posso esconder a minha raiva para poupar vocês da culpa, ou não magoá-las, ou evitar que vocês reajam com raiva; pois fazer isso é banalizar todo nosso empenho. A culpa não é uma reação à raiva; é uma reação às próprias ações ou inações. Se conduz à mudança pode ser útil, pois nesse caso já não é mais culpa, e sim o ponto de partida para o conhecimento ([1984], 2020, p. 162).

Por fim, espero que a leitura de nossas intelectuais negras, quando oportuno, nos traga sempre a sapiência de saber direcionar nossa raiva com o objetivo de combater a estrutura racista, machista e sexista. Além disso, desejo que não tenhamos vergonha de sentir raiva. A raiva faz parte da condição humana como quando adoecemos, sorrimos, *esperançamos*, amamos e morremos. Sentir culpa pela raiva jamais! (LORDE, [1984], 2020).

Referências Bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todas feministas!*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador- Bahia: EDUFBA, 2003.

INDEXADORES:



FRANCO, Marielle. Discurso de Marielle Franco na Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro: Não serei interrompida (08/03/2018). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fl8czAgJGUE>. Acesso: 27/07/2023..

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LORDE, Audre. *Irmãs outsiders. Ensaios e Conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, [1984], 2020.

INDEXADORES:

